

30 MAR. 2017

QUATERNAIRE PORT CONSUL P O DESENV SA
R TOMAS RIBEIRO 412 2
4450-295 MATOSINHOS

Ramo: Responsabilidade Civil
Modalidade: Responsabilidade Civil
Apólice: RC78490650

Condições Particulares e Especiais da Apólice – Renovação Responsabilidade Civil – D&O

Estimado Cliente,

Aproximando-se a data de renovação da sua apólice de Responsabilidade Civil, vimos informar as condições para a próxima anuidade.

Considerando o histórico de ausência de sinistralidade na sua apólice, informamos que introduzimos um leque mais alargado de coberturas, mantendo o mesmo prémio.

Porque nos preocupamos com os nossos clientes, facilitamos o processo de renovação da apólice, passando este a ter um carácter automático na respetiva data do seu vencimento.

Dados do Tomador do Seguro

Nome: QUATERNAIRE PORT CONSUL P O DESENV SA
Nº Identificação Fiscal: 502503661

Dados do Mediador

Nome Banco Comercial Português, S.A., Sociedade Aberta
Nº de Agente: ME34000008
Nº Identificação Fiscal: 501525882

Dados da apólice

Produto	N.º de Apólice	Duração do Contrato	Data Início da apólice (1)	Data de Renovação	Data de Vencimento
Responsabilidade Civil	RC78490650	Um ano e seguintes	01-05-2016	01-05-2017	01-05-2018

Dados de pagamento

Periodicidade do pagamento	Modo de pagamento	Prémio Anual (2)	Próximo Recibo (3)
Anual	T. Bancária	1 128,15 €	1 128,15 €

(1) Início da cobertura do seguro, sujeito ao pagamento do prémio ou fração inicial.

(2) Este valor já inclui os encargos fiscais em vigor.

(3) Este valor já inclui os encargos fiscais em vigor bem como outros custos de emissão da apólice e encargos de fracionamento.

Condições Particulares

1. *Tomador do seguro* **Dados da entidade:** QUATERNAIRE PORT CONSUL P O DESENV SA

2. *Período de seguro* **Início:** 01-05-2017 às 00:01 horas

Vencimento: 30-04-2018 às 24:00 horas

3. *Limite de indemnização* 1.000.000,00 EUR por Período de Seguro, seja qual for o número de Reclamações.

4. *Sublimites*

1 - Custos de restituição de imagem	75.000,00 € por Período Seguro
2 - Advogados internos	250.000,00 € por Período Seguro
3 - Custos de pré-investigação	50.000,00 € por Período de Seguro
4 - Custos em processos de extradição	250.000,00 € por Período Seguro
5 - Custos de defesa para homicídio culposo corporativo	100.000,00 € por Período de Seguro

6 - Responsabilidade tributária subsidiária	100.000,00 € por Período de Seguro
7 - Custos de gestão de crise	25.000,00 € por Período Seguro
8 - Custos de defesa em situação de emergência	20,00 % do limite de indemnização por Período de Seguro
9 - Custos de emergência para prevenção e mitigação de uma reclamação	10,00 % do limite de indemnização com um máximo de 100.000,00 € por Período de Seguro
10 - Cobertura Fundador	50.000,00 € por Período de Seguro
11 - Custos de privação de bens	50.000,00 € por Período de Seguro

5. Franquia

Sem Franquia

6. Período Adicional de Reclamação

- 1) Automático e sem prémio adicional: 12 meses
- 2) Opcionais:
 - a) 12 meses: 75 % do Prémio (Impostos não incluídos), ou
 - b) 24 meses: 100 % do Prémio (Impostos não incluídos), ou
 - c) 36 meses: 150 % do Prémio (Impostos não incluídos)
- 3) Antigos Administradores: ILIMITADO

7. Data de continuidade

Data início do contrato às 00:00 horas

8. Retroatividade

Ilimitada

9. Território

Mundial, exceto Estados Unidos da América e Canadá

10. Jurisdição

Portuguesa

11. Suplementos do contrato de seguro

Não aplicável

CONDIÇÕES ESPECIAIS

As presentes Condições Especiais, Condições Gerais, Particulares, os suplementos, qualquer ata adicional, e, bem

assim, a proposta de seguro, junto com o Questionário de declaração de risco e seus documentos anexos formam parte integrante da presente Apólice.

O Prémio, acordado nas Condições Particulares, e quando aplicável, os prémios adicionais, serão fixados em conformidade com os termos e condições aqui estabelecidos e têm como pressuposto as informações facultadas pelo *Tomador do seguro*, quer no Questionário de declaração de risco aceite pelo Segurador, quer por quaisquer outros meios, na data de início do Período de seguro ou posteriormente.

A falsidade, inexactidão, incompletude ou incorreção das informações prestadas, confere ao Segurador o direito de unilateralmente proceder à anulação do presente contrato de seguro ou à revisão do valor do Prémio ou prémios adicionais acordados. Para informação detalhada sobre o regime de incumprimento dos deveres de informação do Tomador do seguro ou da Pessoa segura previstos neste parágrafo, deverão ser consultadas as Condições Gerais.

Não obstante o anterior, não será atribuído a uma Pessoa Segura declarações, informação ou conhecimento de outras Pessoas Seguras.

As presentes Condições Especiais prevalecerão em caso de discrepância sobre o disposto nas Condições Gerais.

Salvo quando do contexto claramente decorra sentido diferente, nas presentes Condições Especiais, e bem assim em qualquer documento integrante do contrato de seguro, os termos e expressões iniciados por maiúsculas e em itálico têm o significado específico que lhes é atribuído nas definições. As expressões constantes das definições na forma singular poderão ser utilizadas na forma plural e vice-versa.

Salvo se do contexto resultar sentido diverso, qualquer referência feita nas presentes Condições Especiais a uma disposição legal ou contratual inclui as alterações a que a mesma tenha sido ou venha a ser sujeita.

I. COBERTURAS

I.1. RESPONSABILIDADE DAS PESSOAS SEGURAS

O Segurador obriga-se a pagar a ou em nome das *Pessoas Seguras* qualquer *Prestação indemnizatória* em resultado de uma *Reclamação*.

I.2. REEMBOLSO À SOCIEDADE

O Segurador obriga-se a reembolsar a Sociedade por qualquer *Prestação indemnizatória* em resultado de uma *Reclamação*, sempre que, em conformidade com a lei aplicável, a Sociedade tenha pago a *Prestação indemnizatória* a uma Pessoa segura ou a um terceiro em seu nome.

I.3. SOCIEDADE PARTICIPADA

O Segurador obriga-se a pagar qualquer *Prestação indemnizatória* em resultado de uma *Reclamação*, a ou em nome de qualquer pessoa singular que represente legalmente a Sociedade enquanto *Administrador* de uma Sociedade participada existente antes ou durante o *Período do Seguro*.

I.4. ANTIGOS ADMINISTRADORES

Se, na data de vencimento deste contrato de seguro, o *Tomador do seguro* não o renovar ou substituir por outro

6 - Responsabilidade tributária subsidiária	100.000,00 € por Período de Seguro
7 - Custos de gestão de crise	25.000,00 € por Período Seguro
8 - Custos de defesa em situação de emergência	20,00 % do limite de indemnização por Período de Seguro
9 - Custos de emergência para prevenção e mitigação de uma reclamação	10,00 % do limite de indemnização com um máximo de 100.000,00 € por Período de Seguro
10 - Cobertura Fundador	50.000,00 € por Período de Seguro
11 - Custos de privação de bens	50.000,00 € por Período de Seguro

5. Franquia

Sem Franquia

6. Período Adicional de Reclamação

- 1) Automático e sem prémio adicional: 12 meses
- 2) Opcionais:
 - a) 12 meses: 75 % do Prémio (Impostos não incluídos), ou
 - b) 24 meses: 100 % do Prémio (Impostos não incluídos), ou
 - c) 36 meses: 150 % do Prémio (Impostos não incluídos)
- 3) Antigos Administradores: ILIMITADO

7. Data de continuidade

Data início do contrato às 00:00 horas

8. Retroatividade

Ilimitada

9. Território

Mundial, exceto Estados Unidos da América e Canadá

10. Jurisdição

Portuguesa

11. Suplementos do contrato de seguro

Não aplicável

CONDIÇÕES ESPECIAIS

As presentes Condições Especiais, Condições Gerais, Particulares, os suplementos, qualquer ata adicional, e, bem

contrato de seguro emitido pelo *Segurador* ou por qualquer outro segurador, e sempre que não se tenha verificado uma *Transação*, o *Administrador* que tenha cessado funções durante o *Período do seguro*, **exceto quando devido a inabilitação, suspensão ou destituição**, terá direito, de forma automática e sem prêmio adicional, a um *Período adicional de reclamação* ilimitado, a contar a partir da data de cessação de funções, para a apresentação de *Reclamações* contra tais *Administradores* e relacionadas com *Incumprimentos* cometidos antes da data de cessação do cargo.

I.5. CUSTOS DE INVESTIGAÇÃO

O Segurador obriga-se a pagar como Prestação indemnizatória a ou em nome das Pessoas Seguras os Custos de Investigação no âmbito de qualquer Investigação iniciada pela primeira vez durante o Período de seguro.

I.6. ADVOGADOS INTERNOS

Dentro do sublimite indicado nas **Condições Particulares**, o *Segurador* obriga-se a pagar a ou em nome de cada *Advogado interno* a Prestação indemnizatória resultante de uma *Reclamação* por *Incumprimentos* cometidos na sua condição de *Advogado interno* e unicamente se for determinado que:

- 1) o *Advogado interno* é reconhecido a título pessoal como responsável por dito *Incumprimento*; e
- 2) que dita responsabilidade não puder ser imputada à *Sociedade*.

Não obstante o anterior, entender-se-á em todo caso que o termo *Incumprimento* não inclui nenhum acto, erro ou omissão relacionado com atividades do *Advogado interno* que:

- a) não estejam relacionadas com o seu cargo como *Advogado Interno* da *Sociedade*;
- b) não tenham lugar em nome da *Sociedade* e a pedido escrito da mesma.

I.7. CUSTOS DE CONSTITUIÇÃO DE CAUÇÕES PECUNIÁRIAS

O Segurador obriga-se a pagar como Prestação indemnizatória a ou em nome das Pessoas Seguras:

1. Os custos relativos à constituição de cauções pecuniárias exigíveis exclusivamente no que respeita à responsabilidade civil derivada de uma *Reclamação*;
2. Os custos relativos à constituição de cauções pecuniárias decretadas judicialmente para assegurar a liberdade condicional da *Pessoa segura*, em resultado de uma *Reclamação*.

A perda da caução, constituída para dar resposta à comparência da *Pessoa segura*, devida ao seu não-comparecimento, obrigará a *Pessoa segura* ou o *Tomador do seguro* ao reembolso ao Segurador dos custos de constituição da mesma.

I.8. FUNDADOR

Dentro do sublimite indicado nas **Condições Particulares**, o Segurador obriga-se a pagar a ou em nome de qualquer pessoa singular a Prestação indemnizatória resultante de uma *Reclamação* por *Incumprimentos* cometidos por essa pessoa sempre que:

1. atue ou tenha atuado em nome da *Sociedade* ou dos seus sócios fundadores com o objetivo de constituir o *Tomador do seguro* ou uma *Filial*; e
2. seja *Administrador* ou trabalhador do *Tomador do seguro* ou de dita *Filial* ou – em caso de constituição defeituosa – tenha sido designado pela *Sociedade* ou pelos sócios fundadores para ser *Administrador* ou trabalhador do *Tomador do seguro* ou de dita *Filial*.

Essa cobertura não incluirá os assessores externos ou outras pessoas externas que, no transcurso habitual da sua atividade, constituam sociedades.

I.9. PERÍODO ADICIONAL DE RECLAMAÇÃO

As *Pessoas Seguras* terão direito:

- 1) a um *Período adicional de reclamação* automático de doze (12) meses desde o vencimento do *Período de seguro*, sem prémio adicional, e
- 2) posteriormente a este *Período adicional de reclamação* automático, ao *Período adicional de reclamação* estabelecido nas Condições Particulares, que terá início no momento em que cessa o *Período adicional de reclamação* automático supra, **sempre que:**
 - (a) seja apresentado um pedido por escrito, dentro dos 30 dias a contar desde o final do *Período adicional de reclamação* automático, proporcionando a informação necessária para que o *Segurador* avalie de maneira adequada o pedido apresentado; e
 - (b) não se tenha produzido uma *Transação* durante o *Período de Seguro*, e
 - (c) seja pago o prémio adicional estabelecido pelo *Segurador*.

O limite de indemnização disponível para os *Períodos adicionais de reclamação* mencionados nos parágrafos 1) e 2), será a parte não consumida do *Limite de indemnização* à data do termo do contrato de seguro. Em caso algum existirá reposição do limite de indemnização nos *Períodos adicionais de reclamação*.

As *Pessoas Seguras* não terão direito ou perderão os *Períodos adicionais de reclamação* mencionados no parágrafo 1) e 2) se:

- i) o presente contrato de seguro tenha sido resolvido por falta de pagamento do *Prémio* ou prémios adicionais (quando aplicáveis), e
- ii) exista, ou se tenha celebrado, outro contrato de seguro que produza os seus efeitos durante o

Período adicional de reclamação que tenha como cobertura a responsabilidade civil de administradores, gerentes e diretores, seja nas mesmas ou em diferentes condições das estabelecidas no presente contrato de seguro.

I.10. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA SUBSIDIÁRIA

Dentro do sublimite indicado nas **Condições Particulares**, o *Segurador* obriga-se a pagar a ou em nome dos *Administradores* a *Prestação indemnizatória* derivada da responsabilidade tributária subsidiária aos quais esta possa ser exigida no âmbito do exercício das suas funções, nos termos do disposto na Lei Geral Tributária, e abrangendo apenas a responsabilidade decorrente de:

- a) dívidas tributárias cujo facto constitutivo se tenha verificado no período de exercício do seu cargo ou cujo prazo legal de pagamento ou entrega tenha terminado depois deste, quando, em qualquer dos casos, tiver sido por culpa sua que o património da *Sociedade* ou ente fiscalmente equiparado se tornou insuficiente para a sua satisfação; ou
- b) dívidas tributárias cujo prazo legal de pagamento ou entrega tenha terminado no período do exercício do seu cargo, **sempre que possa ser demonstrado que a falta de pagamento não pode ser imputável aos Administradores.**

A presente ampliação aplica-se apenas quando:

- i) a *Sociedade* esteja em processo judicial de insolvência; e
- ii) depois de se produzir uma **Reclamação** contra um *Administrador* que tenha a sua causa ou origem numa situação de **Incumprimento**.

I.11. COBERTURAS ADICIONAIS

Além das coberturas do presente contrato de seguro, e dentro do sublimite indicado nas **Condições Particulares**, o *Segurador* obriga-se a pagar como *Prestação indemnizatória* a ou em nome de qualquer Pessoa Segura os seguintes custos sempre que incorridos pelas ou em nome das Pessoas Seguras com o prévio consentimento expresso e por escrito do *Segurador*:

I.11.a) CUSTOS DE RESTITUIÇÃO DE IMAGEM

Os Custos de restituição de imagem, sempre que o referido dano resulte objetivamente constatado através de informações divulgadas em meios de comunicação ou dados publicados por qualquer outro meio público.

I.11.b) CUSTOS EM PROCESSOS DE EXTRADIÇÃO

Os Custos de defesa e os Custos de restituição de imagem (para além do sublimite previsto para a cobertura adicional "Custos de restituição de imagem") relacionados com um Processo de extradição, o qual tenha sido iniciado como consequência da:

- a) Receção por parte da Pessoa segura de uma notificação oficial por escrito, emitida pela entidade governamental correspondente, comunicando a petição de extradição formulada contra a sua pessoa; ou
- b) Execução de uma ordem de prisão de uma Pessoa segura,

apresentada contra uma Pessoa Segura pela primeira vez durante o Período de seguro ou durante os Períodos adicionais de reclamação, quando aplicáveis, e notificada segundo o disposto no presente contrato de seguro.

I.11.c) CUSTOS DE PRÉ-INVESTIGAÇÃO

Os Honorários, custos e despesas razoáveis nos que se haja incorrido com o objetivo de dar resposta a uma *Pré-investigação* não incluída na definição de *Reclamação* ou *Investigação*.

I.11.d) CUSTOS DE DEFESA EM HOMICÍDIO CULPOSO CORPORATIVO

Os *Custos de defesa* relativos a uma *Reclamação* contra um *Administrador* por violação da legislação de higiene e segurança no trabalho ou similar, pela qual o *Administrador* seja considerado responsável, na qualidade de membro dos órgãos de administração, direção ou gestão da *Sociedade*.

I.11.e) CUSTOS DE GESTÃO DE CRISE

Se, durante o *Período de Seguro*, (ou durante os *períodos adicionais de reclamação*, quando aplicáveis) uma *Situação de crise* ocorrida durante o *Período de seguro* cause ou seja suscetível de causar, na opinião razoável do diretor financeiro da *Sociedade*, uma redução de 20% ou mais da faturação registada no próximo Relatório & Contas auditado da *Sociedade* relativamente ao anterior, o *Segurador* obriga-se a pagar à *Pessoa Segura* como *Gastos de Defesa*, os custos e gastos necessários e razoáveis incorridos durante o *Período de seguro* (ou durante os *Períodos adicionais de reclamação*, quando aplicáveis), para o aconselhamento profissional de um consultor de relações públicas ou assessoria jurídica, independentemente de haver ou não uma *Reclamação* relacionada com este evento, **sempre que:**

- a) **se demonstre perante o Segurador de forma satisfatória que o pagamento destes custos e gastos minimizará ou é suscetível de minimizar o dano potencial à Pessoa Segura resultante de tal evento; e**

tais custos e gastos sejam notificados ao Segurador em conformidade com as disposições do presente contrato de seguro aplicáveis à notificação das Reclamações.

I.11.f) CUSTOS DE EMERGÊNCIA

- a) Custos de Defesa em situações de emergência:

Não sendo razoavelmente possível, por razões de emergência, obter o prévio consentimento escrito do *Segurador*, este aprovará retroativamente os *Custos de defesa* incorridos pela *Pessoa Segura*.

- b) Custos para a prevenção e mitigação de uma Reclamação:

De acordo com o artigo 127 do Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16 de Abril, os honorários, custos e gastos razoáveis e proporcionais incorridos na prevenção e mitigação de uma *Reclamação* coberta por este contrato de seguro

I.11.g) CUSTOS DE PRIVAÇÃO DE BENS

Os honorários, custos e despesas necessários e razoáveis no aconselhamento profissional com o objetivo de obter o levantamento, dispensa ou revogação de uma *Restrição de ativos ou liberdade* durante o Período de Seguro, **sempre que tais honorários, custos e despesas tenham sido notificados ao Segurador em conformidade com as disposições do presente Contrato relativas à notificação de Reclamações.**

II. EXCLUSÕES

O Segurador não será responsável pelo pagamento de qualquer *Prestação indemnizatória*, ou quaisquer outros custos que tenham origem numa *Reclamação* apresentada, *Investigação* ou *Pré-investigação* iniciadas contra uma *Pessoa segura* e que:

II.1. ATOS DOLOSOS OU FRAUDULENTOS

Esteja relacionada com:

- a) a obtenção por parte da *Pessoa segura* de qualquer benefício, lucro, retribuição ou vantagem aos quais aqueles não tivessem direito ou que dessem origem a um enriquecimento sem causa;
- b) qualquer fraude, conduta fraudulenta, por ação ou omissão, contrária à ordem jurídica ou dolosa praticada pela *Pessoa segura* nos termos de qualquer legislação aplicável.

Estas exclusões aplicar-se-ão apenas caso uma decisão judicial transitada em julgado determine a ocorrência de tais condutas, ou se a *Pessoa segura* admite quaisquer das condutas mencionadas através de uma declaração escrita.

II.2. EVENTOS PRÉVIOS E PROCEDIMENTOS ANTERIORES

Esteja relacionada com:

- a) qualquer evento, circunstância ou *Reclamação* notificada durante o *Período de seguro*, ou durante o *Período adicional de reclamação*, de outro contrato de seguro anterior; ou
- b) qualquer evento, circunstância ou *Incumprimento* do qual, à Data de Continuidade indicada nas Condições Particulares, ou em data anterior, a *Sociedade* ou qualquer *Pessoa segura* tivesse conhecimento de que poderiam dar lugar a uma *Reclamação*; ou

- c) qualquer procedimento arbitral, judicial, extrajudicial ou administrativo iniciado, aberto ou pendente à Data de Continuidade; ou com qualquer evento ou circunstância ao qual tenha sido dada publicidade em qualquer procedimento judicial, extrajudicial ou administrativo iniciado ou pendente nessa data.

II.3. DANOS CORPORAIS E DANOS MATERIAIS

Seja por:

1. qualquer dano moral, pessoal, corporal, lesão, morte, doença ou patologia física ou psíquica excepto:
 - a) em caso de *Reclamações em matéria de emprego* cujo objecto seja a reparação de um prejuízo derivado de distúrbios mentais ou stress; ou
 - b) *Custos de defesa*, tal como previsto na cobertura "Custos de defesa em homicídio culposo corporativo".
2. qualquer dano, deterioração ou perda de um bem móvel ou imóvel, seu uso, fruição, aproveitamento ou qualquer outro prejuízo relativamente aos mesmos.

II.4. RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL

Esteja relacionada com a prestação de serviços profissionais alheios às funções próprias da Pessoa segura.

Esta exclusão não se aplica às *Reclamações* deduzidas por um sócio ou acionista da *Sociedade* no âmbito de uma acção de responsabilidade na qual se alegue o *Incumprimento* pela *Pessoa segura* do dever de controlo sobre quem impendia a prestação de serviços profissionais, desde que essa *Reclamação* seja intentada e mantida de forma independente e sem a solicitação, assistência, participação activa, ou intervenção da *Sociedade*, ou de qualquer *Pessoa segura*.

II.5. OFERTA DE VALORES MOBILIÁRIOS

Esteja relacionada com a emissão, oferta de subscrição ou venda ou, troca ou, em geral, com qualquer colocação pública de Valores Mobiliários, seja por conta própria ou de terceiros, durante o Período de seguro.

No entanto, o *Segurador*, reservando-se o direito de proceder à cobrança de um prémio adicional e de modificar o presente contrato de seguro, poderá ampliar a cobertura às *Reclamações* excluídas no parágrafo anterior, desde que o *Tomador do Seguro* proporcione ao *Segurador*, num prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar desde qualquer dos eventos mencionados no parágrafo anterior, a informação necessária para que a ampliação de cobertura seja avaliada de maneira adequada.

II.6. TRANSAÇÃO

Apresentada por ou em nome da Sociedade, de uma Pessoa Segura ou uma Sociedade participada depois de uma Transação.

Para determinar a aplicação das exclusões II-1 a II.6, o comportamento de uma *Pessoa Segura* não se imputará a outra *Pessoa Segura*, exceto para a Exclusão "Eventos Prévios e Procedimentos Anteriores".

III. OUTRAS DISPOSIÇÕES

III.1. LIMITE DE INDEMNIZAÇÃO

O Segurador está obrigado ao pagamento de um montante máximo durante o Período de seguro ou Períodos adicionais de Reclamação, quando aplicáveis, que não excederá o Limite de indemnização estabelecido, seja a título de Prestação indemnizatória, ou quaisquer outros custos que o Segurador considere necessários e razoáveis e devam ser por este pagos nos termos do presente contrato de seguro. O Limite de indemnização inclui qualquer sublimite que possa ser acordado entre as partes, pelo que os sublimites nunca acrescerão ao Limite de indemnização.

III.2. NOTIFICAÇÃO DE RECLAMAÇÕES O CIRCUNSTÂNCIAS

O Tomador do seguro ou a Pessoa segura deverão comunicar ao Segurador a ocorrência de uma Reclamação no prazo máximo de oito (8) dias a partir da data em que tenham tomado conhecimento da sua ocorrência, ao seguinte endereço:

Occidental - Companhia Portuguesa de Seguros, SA
Av. Dr. Mário Soares (Tagus Park), Edifício 10, Piso 1
2744-002 Porto Salvo

Caso a falta de comunicação ao Segurador, ou a comunicação incorreta, da ocorrência de uma Reclamação nos termos referidos no número anterior tenha origem em ato doloso do Tomador do seguro ou da Pessoa segura e tenha determinado dano significativo para o Segurador, as coberturas contratadas ficarão sem efeito, ficando, nesse caso, o Segurador exonerado de qualquer obrigação de indemnizar ou suportar quaisquer gastos ou despesas que tenham sido contratados.

O Tomador do seguro ou a Pessoa segura deverão igualmente facultar ao Segurador todas as informações de que disponham relativamente às circunstâncias e consequências de uma Reclamação. Caso o Tomador do seguro ou a Pessoa segura, com dolo ou culpa grave, ocultem do Segurador informações consideradas relevantes para a correta avaliação da Reclamação de modo a originar dano significativo, o Segurador ficará liberada de proceder ao pagamento da respetiva indemnização.

Durante o Período de seguro, as Pessoas seguras ou o Tomador do seguro poderão comunicar por escrito ao Segurador qualquer evento ou circunstância que pudessem dar lugar a uma Reclamação incluindo nessa comunicação dados completos acerca da identidade do potencial reclamante, a descrição do possível Incumprimento que pudessem motivar as mesmas, a data em os mesmos tão ocorrido, a(s) Pessoa(s) segura(s) envolvida(s) e a natureza do possível dano. Neste caso, qualquer Reclamação posterior derivada desta circunstância, evento ou Incumprimento, considerar-se-á apresentada pela primeira vez no momento em que se efetuou a comunicação dos referidos eventos ou circunstâncias.

III.3. DEFESA JURÍDICA

Caberá à *Pessoa segura*, com o **prévio consentimento expresso e por escrito do Segurador**, a nomeação de advogados para a defesa de qualquer *Reclamação*.

As *Pessoas seguras* e a *Sociedade* disponibilizarão ao *Segurador* toda a informação, documentação e assistência requeridas por esta em relação a qualquer *Reclamação*.

O *Segurador* poderá, em qualquer momento, assumir a negociação ou associar-se às *Pessoas seguras* na defesa de qualquer *Reclamação*, devendo nesse caso, a *Pessoa segura* ou a *Sociedade* conceder ao *Segurador* mandato suficiente para o efeito. **Caso a *Pessoa segura* ou a *Sociedade*, se recusem a confirmar ou revoguem o mandato responderão por todos os prejuízos e danos que, directa ou indirectamente, possam decorrer de tal facto para o *Segurador*.**

Nem a *Pessoa segura*, nem a *Sociedade* nem pessoa alguma em nome destas contribuirá, para a obtenção de uma sentença favorável a terceiro, nem poderá negociar, admitir, transigir, conciliar ou recusar qualquer *Reclamação* apresentada contra uma *Pessoa segura* sem o prévio consentimento expresso e por escrito do *Segurador*, o qual não será recusado injustificadamente.

III.4. CUSTOS ANTECIPADOS PELO SEGURADOR

O *Segurador* pagará os seguintes custos à medida que os mesmos se vençam e sejam devidamente faturados:

- a) *Custos de defesa*,
- b) *Custos de constituição de cauções pecuniárias*,
- c) *Custos de restituição de imagem*,
- d) *Custos em Processos de Extradicação*,

A *Sociedade* e as *Pessoas seguras* obrigam-se a reembolsar de imediato ao *Segurador* a totalidade dos montantes pagos por esta nos termos do número anterior, caso se venha a verificar que a *Reclamação* não estava coberta por este contrato de seguro.

III.5. IMPUTAÇÃO

Sempre que uma *Reclamação* esteja apenas parcialmente coberta pelo presente contrato de seguro, a *Sociedade*, as *Pessoas seguras* e o *Segurador*, tentarão acordar, de boa-fé, a imputação mais adequada no que respeita às partes cobertas e não cobertas pelo presente contrato de seguro.

Na falta de acordo, a mesma será resolvida por meio de arbitragem em conformidade com o estabelecido na cláusula 17 das Condições Gerais, obrigando-se expressamente as partes a cumprir a decisão arbitral, não cabendo recurso para os tribunais judiciais.

Sem prejuízo do anteriormente referido, o segurador realizará o pagamento da *Prestação Indemnizatória*, ou qualquer outro custo necessário e razoável, na parte da reclamação que não seja objeto de divergência.

III.6. AGRAVAMENTO DO RISCO

Sem prejuízo do dever geral e específico de informar sobre qualquer outro agravamento do risco, o *Tomador do seguro* deverá comunicar ao *Segurador*, no prazo de catorze (14) dias a contar do conhecimento do facto,

a *Transação verificada*, proporcionando os elementos necessários à avaliação e análise do agravamento do risco.

O incumprimento do dever referido no parágrafo anterior pode prejudicar a cobertura do presente contrato de seguro tal como definido na legislação aplicável.

III.7. SUB-ROGAÇÃO

O *Segurador* ficará sub-rogado nos direitos das *Pessoas seguras* e da *Sociedade* contra os terceiros cuja atuação dê origem a uma *Reclamação* até ao *Limite de indemnização* paga pelo *Segurador*, podendo exercer os direitos a ações que, em virtude da *Reclamação*, corresponderiam às *Pessoas seguras* e à *Sociedade* contra esses terceiros.

Do mesmo modo, o *Segurador* substituir-se-á às *Pessoas seguras* e à *Sociedade* no âmbito da relação destes com terceiros lesados ou seus beneficiários, a fim de tratar junto destes das respetivas *Reclamações*, e eventuais indemnizações devidas.

As *Pessoas seguras* e a *Sociedade* expressamente declaram que aceitam que o *Segurador*, caso assim decida, ficará sub-rogada na sua posição jurídica frente a qualquer terceiro lesado, se ficar obrigada ao pagamento de qualquer *Prestação indemnizatória*, ou quaisquer outros custos necessários ou razoáveis que tenham sido suportados pelo *Segurador* ao abrigo do presente contrato de seguro, comprometendo-se as *Pessoas seguras* e/ou a *Sociedade* a praticar os atos necessários para a efetivação da referida sub-rogação.

As *Pessoas seguras* e a *Sociedade* responderão pelos danos e prejuízos causados ao *Segurador* por qualquer ato ou omissão que possa impedir ou prejudicar o exercício dos direitos do *Segurador* previstos nos números anteriores.

III.8. ÂMBITO TERRITORIAL

O presente contrato de seguro aplicar-se-á a *Reclamações* apresentadas em qualquer país do mundo, à exceção de *Reclamações* apresentadas ou mantidas dentro da jurisdição dos Estados Unidos de América e Canadá e/ou apresentadas em qualquer parte do mundo, baseadas nas leis dos Estados Unidos de América e Canadá.

III.9. RENOVAÇÃO AUTOMÁTICA

Este contrato de seguro terá a duração indicada como *Período de Seguro* nas Condições Particulares ou o período efetivo de duração, caso este seja inferior em virtude de cessação do presente contrato de seguro e será renovado automaticamente por períodos de 12 meses, exceto quando:

- a) qualquer das partes se opuser à renovação do mesmo mediante notificação por escrito à outra parte pelo menos 30 dias antes da data de vencimento do *Período de Seguro*; ou
- b) se tenha verificado uma *Transação* durante o período de seguro em vigor.

III.10. LEI APLICÁVEL E INTERPRETAÇÃO

O presente contrato de seguro está sujeito à Lei portuguesa e será interpretado de acordo com o disposto na mesma.

IV. DEFINIÇÕES

Para efeitos do presente contrato de seguro, entende-se por:

IV.1. ADMINISTRADOR

Qualquer pessoa singular que numa determinada entidade:

1. seja membro de órgãos de administração, direção ou gestão; ou
2. exerça funções equivalentes às de um membro de órgão de administração, direção ou gestão, com poder de decisão autónomo e que dependa diretamente dos órgãos de administração, direção ou gestão; ou

atue como administrador de facto.

IV.2. ADVOGADO INTERNO

Pessoa singular habilitada para o exercício da advocacia que seja, tenha sido ou se converta em trabalhador assalariado da *Sociedade*, a tempo inteiro ou parcial, como prestador de serviços de assessoria legal à *Sociedade*, tendo em conta que **dita assessoria não incluirá os serviços prestados a qualquer outra entidade que não seja a *Sociedade* ainda que este serviço houvesse sido feito a pedido expresso da *Sociedade*.**

IV.3. CONTAMINAÇÃO

Qualquer derrame, escape, emissão ou libertação, ou potencial dano ou risco de deterioração do meio ambiente ou dos recursos naturais, ou qualquer tipo de ação causada por qualquer agente tóxico, irritante térmico ou contaminante sólido, fluido, líquido, gasoso, acústico ou luminoso, incluindo fumo, vapor, cinza, gases, ácidos, radioatividade, combustíveis, material nuclear, químico e detritos, incluindo, sem limitar, material reciclável, reutilizável, recondicionável ou recuperável e, no geral, qualquer elemento que possa causar danos ao meio ambiente ou qualquer prejuízo que seja consequência de forma direta ou indireta de um dano ambiental.

IV.4. CUSTOS DE DEFESA

Honorários, custos e gastos necessários e razoáveis incorridos por ou em nome de uma *Pessoa segura* para a defesa de uma *Reclamação*, incluindo os custos incorridos em peritagens, investigações e assistência jurídica.

Não deverão ser incorridos quaisquer Custos de defesa nem aceites orçamentos nem assumidos quaisquer compromissos relativamente aos Custos de defesa, sem o prévio consentimento expresso e por escrito do Segurador.

IV.5. CUSTOS DE INVESTIGAÇÃO

Honorários, custos e gastos necessários e razoáveis incorridos por ou em nome de uma Pessoa Segura, com o prévio consentimento expresso e por escrito do Segurador, no estudo da matéria, preparação da comparecência, apresentação de alegações das Pessoas Seguras no âmbito de qualquer Investigação quando ainda não tenha sido apresentada uma Reclamação nem tenha sido efetuada uma alegação de Incumprimento contra uma Pessoa segura.

IV.6. CUSTOS DE RESTITUIÇÃO DE IMAGEM

Custos e honorários necessários e razoáveis incorridos por uma *Pessoa segura*, para a contratação de serviços profissionais externos de relações públicas, com o objetivo de mitigar um dano à sua reputação como consequência de uma *Reclamação* coberta pelo presente contrato de seguro.

IV.7. CUSTOS DE PRÉ-INVESTIGAÇÃO

Honorários, custos e despesas razoáveis nos que se haja incorrido com o objetivo de dar resposta a uma *Pré-investigação*.

IV.8. FILIAL

Qualquer pessoa coletiva, na qual o *Tomador do seguro*, antes ou durante o *Período de seguro*, de forma direta ou através de outra *Filial*:

1. detenha a faculdade de nomear ou de destituir a maioria dos membros do órgão de administração ou fiscalização, ou
2. controle a maioria dos direitos de voto, ou
3. controle os votos suficientes para exercer a sua direção e controlo, seja de forma independente, ou através de qualquer tipo de acordo parassocial ou similar,

exceto se tais entidades:

- a) Têm a qualidade de instituição financeira; ou
- b) Estejam cotadas em qualquer mercado do mundo.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, o *Segurador* aceita considerar como *Filial* as pessoas coletivas descritas no parágrafo anterior, durante um período de trinta (30) dias a partir da data de aquisição ou constituição ou até à data de vencimento do *Período de seguro*, conforme o que se verificar em primeiro lugar, desde que o *Tomador do seguro* notifique por escrito ao *Segurador* a aquisição ou constituição da referida pessoa coletiva.

Durante o referido prazo, o *Tomador do seguro*, fornecendo todas as informações solicitadas pelo *Segurador*, pode solicitar por escrito que se mantenha a qualificação dessa pessoa coletiva como *Filial*, para além dos 30 dias supramencionados. Caso o *Segurador* aceite, reserva-se o direito a proceder à cobrança de um prémio de seguro adicional e poderá modificar o presente contrato de seguro.

Na falta de consentimento por escrito do Segurador, considera-se que a pessoa coletiva nunca adquiriu a condição de Filial.

Qualquer pessoa coletiva que, durante o *Período de seguro* deixe de apresentar a condição de *Filial*, manterá a

qualificação de *Filial* durante um período de trinta (30) dias a contar da data em que deixou de ter essa condição. Durante este período o *Tomador do seguro*, fornecendo todas as informações adicionais solicitadas pelo *Segurador*, pode solicitar autorização por escrito do *Segurador* para que essa pessoa coletiva, posteriormente, possa ser considerada como uma *Filial*. Caso o *Segurador* aceite considerar como *Filial* as pessoas coletivas referidas neste parágrafo, o *Segurador* reserva-se o direito a proceder à cobrança de um prémio de seguro adicional e poderá modificar o presente contrato de seguro nos termos que tenha por convenientes para que este possa refletir a nova cobertura.

Na falta de consentimento por escrito do *Segurador*, considera-se que a pessoa coletiva deixou de ser uma *Filial* no dia em que deixou de cumprir qualquer das condições mencionadas anteriormente.

O presente contrato de seguro apenas cobre as *Reclamações* que tenham a sua causa ou origem em *Incumprimentos* cometidos desde que a pessoa coletiva tenha adquirido a condição de *Filial* até ao momento em que deixe de apresentar essa condição.

IV.9. INCUMPRIMENTO

Qualquer ato ou omissão, não intencional, praticado ou ocorrido no exercício dos deveres inerentes ao desempenho do cargo de determinada *Pessoa segura* na *Sociedade* ou *Sociedade participada* e contrários à lei ou aos estatutos, ou correspondentes ao Incumprimento dos deveres inerentes ao desempenho do cargo ou das funções desenvolvidas pela *Pessoa segura* nessa mesma qualidade.

Quaisquer atos ou omissões do mesmo tipo, ocorridos de forma repetida, relacionada ou continuada ou que formem parte de uma mesma série serão considerados como um mesmo e único *Incumprimento*.

IV.10. INVESTIGAÇÃO

Atuação efetuada por um órgão administrativo ou público ou por qualquer outro órgão oficial ou agência contra a *Sociedade* sempre que:

- a) esteja exclusivamente relacionada com o desempenho do cargo ou das funções desenvolvidas pela *Pessoa Segura* na *Sociedade* mas cujo objetivo não seja declará-lo legalmente responsável; e
- b) não se tenha ainda apresentado uma *Reclamação* contra uma *Pessoa Segura*, sendo no entanto provável, segundo o seu parecer, a apresentação da mesma depois das atuações administrativas.

Considera-se que uma investigação se realizou pela primeira vez quando se identifique, notifique ou solicite pela primeira vez a comparência da *Pessoa segura*.

***Investigação* não inclui a supervisão de rotina por entidades reguladoras, bem como qualquer *Investigação* efetuada ao setor de atividade da *Sociedade*.**

IV.11. LIMITE DE INDEMNIZAÇÃO

Limite máximo de indemnização a ser pago pelo *Segurador*, estabelecido nas Condições Particulares.

IV.12. MEDIADOR DE SEGUROS

Pessoa coletiva que intermediou o presente contrato de seguro, em nome e por conta do *Segurador* identificado nas Condições Particulares.

IV.13. PERÍODO ADICIONAL DE RECLAMAÇÃO

Período imediatamente posterior à data de vencimento do presente contrato de seguro em caso de não renovação (conforme detalhado na Cobertura "Período adicional de reclamação") durante o qual a *Pessoa segura* pode notificar ao *Segurador* (de acordo com os termos e condições deste contrato de seguro), qualquer *Reclamação* apresentada, *Investigação* iniciada ou *Pré-investigação* ocorrida pela primeira vez durante o dito período, **relacionada com Incumprimentos cometidos ou supostamente cometidos, ou em caso de Investigações e Pré-investigações, circunstâncias ocorridas ou supostamente ocorridas durante o Período de seguro.**

IV.14. PERÍODO DE SEGURO

O período estabelecido nas Condições Particulares e cada período sucessivo em vigor em caso de renovação deste contrato de seguro, ou o período efetivo de duração, caso este seja inferior em virtude de cessação do presente contrato de seguro.

IV.15. PESSOA SEGURA

1. *Administrador da Sociedade;*
2. Pessoa singular que seja ou tenha sido:
 - a) trabalhador da *Sociedade* mas apenas só no respeitante a:
 - i) *Reclamações* em matéria de emprego; e
 - ii) *Reclamações*, desde que esteja em litisconsórcio ou coligação como réu juntamente com um *Administrador da Sociedade* e que se mantenha nesta situação durante todo o procedimento judicial;
 - b) fiscal único ou membro do conselho fiscal ou do conselho geral e de supervisão da *Sociedade*, consoante aplicável ao abrigo da legislação Portuguesa;
 - c) gerente de riscos, diretor jurídico (também denominado "general counsel"), secretário do *Tomador do seguro*, diretor financeiro do *Tomador de seguro*, na medida em que a dita *Pessoa segura* atue em nome e por conta da *Sociedade* na qualidade de qualquer uma das funções referidas.
3. herdeiros, legatários e representantes legais de qualquer pessoa mencionada nos parágrafos 1), e 2) supra, em caso de morte, declaração de morte presumida, declaração de interdição ou inabilitação ou declaração de insolvência de estes últimos;
4. o cônjuge, ou unido de facto legalmente reconhecido, de qualquer pessoa mencionada nos parágrafos 1) e 2) supra quando a *Reclamação* for apresentada contra o mesmo em virtude da sua qualidade de cônjuge ou unido de facto de dita pessoa;
5. a pessoa singular mencionada na cobertura "Sociedade Participada";

6. a pessoa singular mencionada na cobertura “Fundador”;
7. o *Advogado interno* para efeitos da cobertura “Advogado Interno”.

Pessoa segura não inclui auditores externos, assessores externos, ou outros profissionais externos, curadores, liquidatários ou administradores da insolvência.

IV.16. PRÉ-INVESTIGAÇÃO

1. A visita à sede ou escritórios da *Sociedade* por parte de uma entidade reguladora, que implique apresentação, exame, cópia ou apreensão de arquivos ou a entrevista a uma pessoa segura; ou
2. um anúncio público relacionado com o anterior;

ambos verificados durante o *Período de seguro* ou durante os *Períodos adicionais de reclamação*, quando aplicáveis.

IV.17. PRÉMIO

O preço do contrato de seguro a ser pago pelo *Tomador do seguro* ao *Segurador* e identificado nas Condições Particulares. Ao *Prémio* acrescerão os impostos que sejam legalmente aplicáveis.

IV.18. PRESTAÇÃO INDEMNIZATÓRIA

Quantias pelas quais a *Pessoa segura* seja civilmente responsável e legalmente obrigada a pagar a título de danos e prejuízos, por decisão judicial transitada em julgado, em processo movido pelo lesado ou por acordo amigável celebrado com o lesado, com a autorização expressa e por escrito do *Segurador*, em resultado de uma *Reclamação*. A *Prestação indemnizatória* incluirá os *Custos de defesa* e qualquer outro custo, despesa, honorário coberto pelo presente Contrato de seguro.

A *Prestação indemnizatória* não inclui:

- a) **qualquer tipo de contribuições, encargos, ou pagamentos relativos à Segurança Social, organismos análogos ou similares a nível administrativo central ou local, ou outros que os substituam ou os complementem; impostos, dívidas aduaneiras, taxas ou outras responsabilidades de natureza similar; quaisquer responsabilidades que tenham a sua causa ou origem em qualquer das responsabilidades referidas nas alíneas anteriores;**
- b) **multas, coimas, sanções, encargos administrativos, tributários, ou de qualquer outra índole, assim como os respetivos juros de mora;**
- c) **quaisquer indemnizações complementares a que a *Pessoa segura* seja condenada por decisão judicial, a título punitivo ou compulsório (“Punitive and Exemplary Damages”);**
- d) **salários, retribuições, honorários, subsídios ou outras vantagens recebidas ou a receber pelas *Pessoas seguras* ou custos e despesas fixas de qualquer entidade.**

e) **Custos de limpeza derivados de Contaminação.**

IV.19. PROCESSO DE EXTRADIÇÃO

Recurso relacionado com um processo de extradição, pedidos de análise judicial sobre a designação de um território para os efeitos de aplicação de qualquer lei de extradição, litígio ou recurso de qualquer decisão de extradição da autoridade governamental competente, incluindo a determinação da nacionalidade em relação com um processo de extradição ou petições ao Tribunal Europeu de Direitos Humanos ou tribunal similar com respeito aos processos de extradição.

IV.20. RECLAMAÇÃO

Qualquer:

1. requerimento apresentado ou iniciado por escrito por uma pessoa que não seja a *Sociedade*, uma *Pessoa segura* ou uma *Sociedade participada*; ou
2. procedimento civil, penal ou administrativo, dirigido, emitido ou iniciado; ou
3. procedimento arbitral iniciado; ou
4. *Reclamação em matéria de emprego*; ou
5. *Investigação*, mas só para efeitos da cobertura "Custos de investigação", ou
6. *Pré-investigação* mas só para efeitos da cobertura "Custos de pré-investigação".

na sequência de um *Incumprimento* e que seja apresentada ou iniciada contra uma *Pessoa segura* pela primeira vez durante o *Período de seguro* ou durante os *Períodos adicionais de Reclamação*, quando estes sejam aplicáveis.

Entende-se por uma única *Reclamação*, qualquer *Reclamação* ou série de *Reclamações* que tenham a sua causa ou origem num mesmo *Incumprimento* ou série de *Incumprimentos*, independentemente do número de reclamantes ou de *Reclamações* apresentadas e das *Pessoas seguras* envolvidas.

IV.21. RECLAMAÇÃO EM MATÉRIA DE EMPREGO

Reclamação que tenha a sua causa ou origem num *Incumprimento* contra um trabalhador da *Sociedade* ou *Sociedade Participada* e cuja única causa seja:

1. despedimento ilícito, ou a extinção ou suspensão da relação laboral contrária à legislação vigente e que não derive de um acordo entre as partes; ou
2. assédio sexual, ou de qualquer outro tipo, no trabalho; ou
3. discriminação; ou
4. privação injustificada ou ilícita de promoção ou formação profissional no trabalho, ou de um possível posto de trabalho; ou

5. declarações falsas relativas ao âmbito laboral ou referentes a um antigo trabalhador.

IV.22. RESTRIÇÃO DE ATIVOS OU LIBERDADE

1. A apreensão, congelamento, confiscação, assunção de propriedade e controle, ou suspensão dos direitos de propriedade de bens imóveis ou do património pessoal de uma *Pessoa segura*; ou
2. o encargo sobre os bens imóveis ou o património pessoal de uma *Pessoa segura*; ou
3. a proibição de forma temporária ou permanente da *Pessoa segura* de ocupar o cargo ou desempenhar a função de *Administrador da Sociedade*; ou
4. a restrição da liberdade da *Pessoa segura* a uma residência doméstica ou uma detenção oficial; ou
5. a deportação de uma *Pessoa segura* como consequência da revogação da sua condição válida e vigente de imigrante por quaisquer razões, à exceção da detenção ou condenação de dita *Pessoa segura* por prática de um ato criminoso,

obtidos através de uma ordem judicial provisória ou interlocutória por razão de uma *Reclamação* contra essa *Pessoa segura* e coberta por este Contrato.

IV.23. SEGURADOR

A pessoa coletiva designada nas Condições Particulares.

IV.24. SITUAÇÃO DE CRISE

1. O reajuste das contas financeiras da *Sociedade* que tenham sido previamente registadas ou publicadas; ou
2. A retirada de um produto importante da *Sociedade* ou o atraso imprevisto na produção de um produto importante da *Sociedade*; ou

A perda dos direitos sobre a propriedade intelectual, previamente adquiridos pela *Sociedade*, com base na legislação aplicável às patentes e marcas comerciais ou obras, que não seja por vencimento ou expiração.

IV.25. SOCIEDADE

O *Tomador do seguro* e suas *Filiais*.

IV.26. SOCIEDADE PARTICIPADA

Pessoa coletiva, com exceção da *Sociedade* e que seja uma entidade:

1. sem fins lucrativos e que esteja manifestamente relacionada com a *Sociedade*; ou

2. na qual o *Tomador do seguro*, de forma direta ou através de uma *Filial*, detenha qualquer participação do capital social emitido e não seja considerada *Filial*;

exceto quando a pessoa coletiva:

- a) **seja regulada pelo Banco de Portugal, pelo Instituto de Seguros de Portugal ou qualquer outra autoridade semelhante; ou**
- b) **tenha emitido títulos ou *Valores mobiliários* cotados em qualquer mercado do mundo; ou**
- c) **tenha capital próprio negativo.**

Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, o *Segurador*, reservando-se o direito a proceder à cobrança de um *Prémio* de seguro adicional e/ou a modificar o presente contrato de seguro, poderá considerar como *Sociedade participada* as pessoas coletivas que se encontrem em qualquer das situações referidas nos números a), b) ou c) do parágrafo anterior.

O presente contrato de seguro apenas cobre as *Reclamações* que tenham a sua causa ou origem em *Incumprimentos* cometidos desde que a pessoa coletiva tenha adquirido a condição de *Sociedade participada* até ao momento em que deixe de apresentar essa condição.

IV.27. TOMADOR DO SEGURO

A pessoa coletiva designada nas Condições Particulares, **sempre que não esteja cotada em nenhum mercado de valores mobiliários**, a quem correspondem as obrigações emergentes do presente contrato de seguro, incluindo o pagamento do *Prémio*, salvo aquelas que, pela sua natureza, devam ser cumpridas pela *Pessoa segura*.

IV.28. TRANSAÇÃO

- a) **Oferta pública de *Valores mobiliários* por parte do *Tomador do seguro*; ou**
- b) **fusão com outra ou outras entidades, cisão total ou absorção por qualquer outra ou outras entidades do *Tomador do seguro*; ou**
- c) **dissolução ou liquidação do *Tomador do seguro*; ou**
- d) **aquisição por qualquer outra pessoa singular ou coletiva:**
 - i) **de mais de cinquenta (50) por cento do capital social emitido; ou**
 - ii) **da faculdade de nomear ou de destituir a maioria dos membros do órgão de administração ou fiscalização; ou**
 - iii) **do controlo da maioria dos direitos de voto do *Tomador do seguro* em assembleia geral;**
- e) **adoção de qualquer providência no âmbito de um plano de insolvência relativo ao *Tomador do seguro* ou a nomeação do liquidatário judicial de falência do *Tomador do seguro*.**

IV.29. VALORES MOBILIÁRIOS

1. As ações ou quotas representativas de uma parte do capital social da *Sociedade*, assim como quaisquer títulos representativos das mesmas, bem como direitos de subscrição, warrants ou outros análogos que, de forma direta ou indireta, possam dar direito à sua subscrição ou aquisição.
2. As obrigações e *Valores mobiliários* análogos emitidos pela *Sociedade*, representativos da totalidade ou de partes de um empréstimo de capital, seja com rendimento predeterminado ou determinável, bem como os *Valores mobiliários* emitidos pela *Sociedade* que confirmem direito, de forma direta ou indireta, à aquisição de ações ou quotas representativas do seu capital social, assim como os instrumentos financeiros derivados que confirmem direito a um ou mais rendimentos de capital ou juros que lhes digam respeito.

Lisboa, 27 de março de 2017

Occidental Companhia Portuguesa de Seguros S.A.



Jeroen Meijers
Direção de Marketing



Luís Cardoso
Direção de Produção e Sinistros Não Vida